

Domingo, 22 de Dezembro de 2024

## **Auditoria do TCE avalia eficiência dos incentivos fiscais em Mato Grosso**

**"CONTRAPARTIDA PARA A POPULAÇÃO"**

### **Da Redação**

À frente da auditoria sobre os incentivos fiscais e gestão da dívida ativa do estado, o conselheiro do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT), Antonio Joaquim, defende que o Governo estabeleça metas para a contrapartida social de empresas isentas de tributação. O objetivo é garantir que a população seja de fato beneficiada diante das renúncias fiscais autorizadas pelo Estado, que só em 2023 [atingiram o valor de R\\$10,8 bilhões.](#)

Conforme demonstrado na última semana, na análise das contas anuais do Executivo Estadual, este valor quase se equipara ao destinado às áreas de Educação, Saúde e Segurança, que juntas somaram R\$ 13,9 bilhões. “O pobre não está no orçamento do Brasil. O grande valor orçamentário é o gasto tributário: 35,3% do ICMS do Mato Grosso, que tem um valor de R\$ 30,6 bilhões, é incentivo”, afirmou Antonio Joaquim.

Desde junho a auditoria instaurada pelo Tribunal vem avaliando a eficiência, a efetividade e a transparência da política de incentivos fiscais e da gestão da dívida ativa referente aos últimos cinco anos. “Claro que este é um instrumento de desenvolvimento, mas houve a decisão do Governo de não monitorar esse gasto público. Então, também não há uma fixação de meta de contrapartida.”

Além da criação de metas de contribuição, o trabalho deverá resultar em proposta para que o Governo retome estratégia de avaliação das consequências destes gastos. O processo de auditoria será julgado em Plenário e encaminhado ao Executivo.

“Vamos levantar em um processo técnico e científico todas as empresas que recebem esses incentivos, identificar as que participam da moratória da soja e da carne e encaminhar ao Governo do Estado, sugerindo que sejam cassados os incentivos das empresas que não têm contrapartida, em razão do prejuízo que causam ao desenvolvimento do estado”, asseverou Antonio Joaquim.

Todas essas medidas são determinantes para uma melhora nos índices sociais, alarmantes na maioria dos municípios. No balanço anual do Governo, relatado pelo conselheiro Waldir Teis, foi apontado, por exemplo, que o analfabetismo entre menores de 15 anos tem taxa de 4,50%, a maior do Centro-Oeste. Já a mortalidade infantil, tem média de 14,08 óbitos por mil nascidos vivos, superando a taxa nacional de 12,59.

Estes números contrastam com os recordes obtidos todos os anos pela economia de Mato Grosso, onde o crescimento econômico em 2023 foi três vezes maior do que o nacional. Enquanto o estado fechou o período com alta de 10,6% no Produto Interno Bruto (PIB), o desempenho do país foi de 2,9%, segundo relatório do Banco do Brasil publicado em março.

Neste contexto, Antonio Joaquim destaca que a atuação do TCE-MT vai contribuir com a redução de desigualdades na distribuição de renda. “O Tribunal pode contribuir para que o estado seja realmente rico, não um estado de poucos ricos. E que possa oferecer essa riqueza à população. Isso significa emprego, comida, hospital funcionando, escola funcionando, estrada de qualidade. Esse é o nosso objetivo”, concluiu.